

DUCE-SP
19 07 21

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

**ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
58ª (QUINQUAGÉSIMA OITAVA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril de dois mil e vinte e um (2021), às quinze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois (162), sexto (6º) andar, São Paulo, SP, compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 – NIRE 35300136497, titulares das ações correspondentes à maioria do capital social com direito a voto, conforme consta do livro de presença de acionistas, tendo sido o Estado de São Paulo, representado pela Procuradora do Estado Bruna Tapié Gabrielli e a São Paulo Transporte S/A – SPTrans, pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela. Ausente o representante da União. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Silvani Alves Pereira, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, a Senhora Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga e a Senhora Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM, a Senhora Roberta Campedelli A. Gonçalves e como representante da empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, o Senhor Dennis Pavia Villalva. Verificada a presença do quórum legal de acionistas, e na forma do artigo 5º (quinto) do Estatuto Social, a presidência foi exercida pelo Doutor Silvani Alves Pereira, que designou para secretariar os trabalhos a Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela. Constituída a mesa, declarou o senhor Presidente regularmente aberta a 28ª (vigésima oitava) Assembleia Geral Ordinária e a 58ª (quinquagésima oitava) Assembleia Geral Extraordinária. O senhor presidente procedeu à leitura do Aviso aos Acionistas, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Agora SP no dia 25 do mês de março de 2021, neste teor: "COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM - C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 - AVISO AOS ACIONISTAS - Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao encerramento do exercício social de 2020, acham-se à disposição dos Acionistas desta Sociedade em sua sede localizada na Rua Boa Vista, nº 162, 6º andar, nesta Capital. São Paulo, 25 de março de 2021. Pedro Tegen Moro – Diretor Presidente". Dando prosseguimento aos trabalhos, o senhor presidente destacou que o edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Agora SP nos dias 17, 18 e 21 do mês de abril de 2021, com a seguinte ordem do dia: **A – Assembleia Geral Ordinária:** 1) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e 2- Eleição dos membros do Conselho Fiscal. **B – Assembleia Geral Extraordinária:** 1 - Alteração do caput do artigo 3º do Estatuto Social e respectiva consolidação de seus termos; 2 -Outros assuntos de interesse da sociedade.. A seguir, foi dispensada a leitura dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Empresa, por serem de conhecimento dos presentes, e do Relatório, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, por terem sido publicados nos jornais Agora SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 17 de abril de 2021. O Senhor Presidente registrou que os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 037/2021 (PROCESSO ELETRÔNICO SFP-PRC-2021/06435), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. Assim, em continuidade à primeira sessão desta Assembleia, foi dado início aos trabalhos e colocados os assuntos em discussão: **A – 28ª (vigésima oitava) Assembleia Geral Ordinária:** Com relação ao item "1" (um) da ordem do dia, que versa sobre o exame e apreciação das demonstrações financeiras do exercício social



DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária) de 2020. Sobre as demonstrações financeiras, a "RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S" opina em seu relatório, no sentido de que "exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva - Imobilizado - Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 72 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 1.993.943 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 142.269 mil (65 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.773.578 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 92.893 mil em 2019). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.993.943 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.773.578 mil em 31 de dezembro de 2019) respectivamente." Também apresentou os seguintes parágrafos de "ênfase": "Incerteza significativa relacionado com a continuidade operacional" - A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo R\$ 963.983 mil apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 237.287 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e o passivo circulante da Companhia excedente ao ativo circulante em R\$ 573.702 mil (R\$ 356.350 mil em 2019). Adicionalmente, a Nota Explicativa nº 2 descreve que em decorrência da pandemia relativa ao COVID-19, que se disseminou no início do exercício de 2020, o segmento de transportes foi significativamente afetado com reflexos nas atividades da Companhia, bem como impactou significativamente na geração de receitas e caixa no curto prazo. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a necessidade de recursos de seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Lei nº 17.244 de 10 de janeiro de 2020, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 530.369 (R\$ 523.802 em 2019), a título de aportes para futura capitalização. Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na 328ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2020, foi capitalizado o montante de R\$ 930.794 mil, correspondente aos repasses efetuados pelo acionista controlador no período de outubro de 2018 a agosto de 2020, assim sendo mantido o montante de R\$ 265.543 para futura capitalização, cuja proposta deve ser conduzida pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Denúncia Criminal pelo Ministério Público. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em 9 de junho de 2017, foi apresentada uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, por meio do GEDEC -PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), em que arrolados 4 ex-gestores da Companhia e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizada pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. A ação foi redistribuída para a 2ª Vara dos Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo em 24 de janeiro de 2020. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. Processos trabalhistas da Fepasa. Conforme mencionado na nota explicativa

S. Paulo - SP

11 JUN. 2021

Adriana Alves G. de Oliveira
Edna Barbosa M. dos Santos
Elaine Alves Macedo
Elton Jonnes Laranjeira Rinaldin
Ivaneide Maia
Luis José Tadeu Macedo

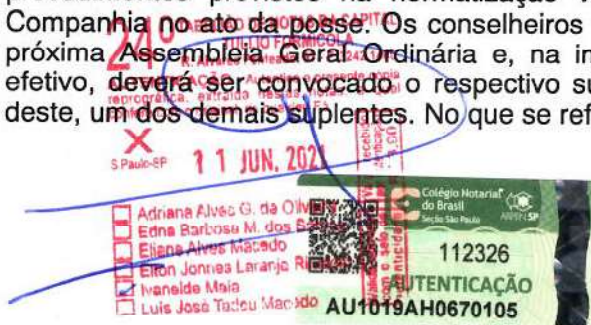
112326

AUTENTICAÇÃO
AU1019AH0670104

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number "2".

JUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)
nº 20, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31 de janeiro de 2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Cobertura de Seguros. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto." O prejuízo do exercício de 2020, de R\$ 963.983 mil, deverá ser somado ao saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores que monta R\$ 8.941.571 mil. À vista dos relatórios da auditoria independente e das manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, o Senhor Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC nº 37/2021, deliberou pela aprovação do item, com abstenção do representante da SPTrans. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, deverá ser recomendado à administração da Companhia a tomar as providências cabíveis de forma a atender os apontamentos da auditoria independente, procedendo aos ajustes necessários. No **item "2"** desta pauta, versa sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal. O Senhor Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC nº 37/2021, acolheu a eleição dos indicados para o Conselho Fiscal, conforme segue, abstendo-se de votar a SP Trans: **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA**, como membro titular, brasileiro, solteiro, administrador, RG nº 27.358.959-3, CPF nº 270.533.078-08, residente e domiciliado na Rua Cardoso de Almeida, 1205 – apto. 141, CEP 05013-001, São Paulo, SP, (2º mandato – 1ª recondução) e sua respectiva suplente **MARISA ANDRADE SANTARÉM**, brasileira, solteira, RG nº 6.895.166, CPF nº 902.107.518-00, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 298 – apto 12, CEP 01124-000, São Paulo, SP 1º mandato); **VERA HELENA VILLAÇA**, como membro titular, brasileira, divorciada, Advogada e administradora de empresas, RG nº 5.933.967-6 –SSP/SP, CPF nº 073.946.698-40, residente e domiciliada na Rua Padre João Manoel, 942 – apto.74, CEP 01411-000, São Paulo, SP (1º mandato) e sua respectiva suplente **JÉSSICA SOUZA DE BRITO**, brasileira, casada, graduada em Letras, RG nº 33.726.042-4, CPF nº 297.576.608-41, residente e domiciliada na Rua Costa Barros, nº 2.200, Sítio Pinheirinho, CEP 03210-001, São Paulo, SP, (3º mandato – 2º recondução); **GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN**, como membro titular, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG nº 785.630, CPF nº 247.119.341-20, residente e domiciliado na Rua Caiubi, 1422 – apto. 1701, CEP 05010-000, São Paulo, SP (1º mandato) e seu respectivo suplente **FÁBIO BERNACCHI MAIA**, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, RG nº 20.409.440-9, CPF nº 132.883.768-81, residente domiciliado na Avenida Onze de Junho, 624 – apto. 102, CEP 04041-002, São Paulo, SP (1º mandato), cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofício ATG nº 262/21-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00412 que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. Os conselheiros fiscais ora eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, **deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes.** No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada



3

DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)
a normatização estadual aplicável. As declarações de desimpedimento dos conselheiros ora eleitos ficarão arquivadas na sede da Companhia. Ainda neste **item**, juntamente com a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, ratifica-se a remuneração dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria) e membros dos Comitês de Elegibilidade e Aconselhamento e de Auditoria. Conforme disposto nos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, do estatuto social, a fixação de remuneração dos membros estatutários é matéria reservada à Assembleia de Acionistas. Assim também, o parágrafo primeiro, do artigo 41, do estatuto social dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. Assim sendo, o Senhor Procurador com base no Parecer CODEC nº 37/2021, votou pela ratificação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2018, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30 de março de 2018, atualizada pela Deliberação CODEC nº 001/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 01 de maio de 2019., abstendo-se de votar o representante da São Paulo Transporte S/A – SPTrans. **58ª (quingüagésima oitava) Assembleia Geral Extraordinária:** No tocante ao **item "1" dos assuntos extraordinários** que versa sobre alteração do estatuto social, contemplando, especificamente, o **caput** do artigo 3º, para fazer constar o novo valor do capital social, nos termos do Parecer CODEC nº 085/2020. **ARTIGO 3º** - O capital social é de R\$ 17.529.178.480,80 (dezessete bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos), dividido em 584.305.949.360 (quinhentas e oitenta e quatro bilhões, trezentas e cinco milhões, novecentas e quarenta e nove mil, trezentas e sessenta) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. O Senhor Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC nº 37/2021, deliberou pela aprovação deste item da pauta, com abstenção do representante da SPTrans, aprovando, a redação a seguir: Assim, ficou aprovada a consolidação do Estatuto Social, nos termos do documento anexo, que passa a ser parte integrante desta Ata. **"CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - ARTIGO 1º** - A sociedade por ações denominada **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais n.ºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro** - O prazo de duração da empresa é indeterminado. **Parágrafo segundo** - A empresa tem sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro** - Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a empresa poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **ARTIGO 2º** - Constitui objeto da empresa: I - planejamento, estudo, projeto, construção, implantação, exploração e manutenção das obras e serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, compreendendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; II - execução das obras e dos serviços complementares ou correlatos, necessários à integração do sistema de transporte por ela operado ao complexo urbanístico das cidades servidas pelo sistema; III - operação de conexões intermodais de transporte de passageiros no sistema por ela explorado, como terminais, estacionamentos e outras correlatas; IV - prestação a terceiros de serviços de transporte de cargas, ou de passageiros, de passagem pelo território por ela servido; V - comercialização de marca, patente, nome e insígnia; comercialização de áreas e espaços para propaganda; prestação de serviços complementares de suporte ao usuário, por si ou por meio de terceiros, com ou sem cessão de uso predial; VI - comercialização de



DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

tecnologia, direta ou indiretamente, em sociedades ou em consórcios; prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e apoio técnico; prestação de serviços de operação e manutenção de equipamentos; construção e implantação de sistemas de transporte e terminais de passageiros, no país ou no exterior; VII - edição de jornais, revistas e outras publicações de caráter técnico ou comercial. **Parágrafo único** - Para o cumprimento do disposto neste artigo, a empresa poderá participar de outras empresas, celebrar convênios e contratos de prestação de serviços, gerenciamento de bens ou quaisquer serviços, de transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, com municípios e empresas ligadas ao sistema de transporte de passageiros em Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo bem como promover desapropriações. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - ARTIGO 3º** - O capital social é de R\$ 17.529.178.480,80 (dezessete bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos) dividido em 584.305.949.360 (quinhentas e oitenta e quatro bilhões, trezentas e cinco milhões, novecentas e quarenta e nove mil, trezentas e sessenta) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único** - Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 21.000.000.000,00 (vinte e um bilhões de reais), representado por 700.000.000.000 (setecentos bilhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **ARTIGO 4º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - ARTIGO 5º** - A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da empresa. **Parágrafo primeiro** - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo** - A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro** - O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na empresa. **Parágrafo quarto** - A ata da Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, § 1º, da Lei federal nº 6.404/1976. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA - ARTIGO 6º** - A empresa será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 7º** - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da empresa. **Composição, Investidura e Mandato - ARTIGO 8º** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo primeiro** - O Diretor-Presidente da empresa integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo** - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da empresa que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados - ARTIGO 9º** - Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro** - O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo** - O regimento interno do Conselho de Administração poderá estabelecer requisitos de elegibilidade e outras condições para o exercício do cargo de representante dos empregados, além dos requisitos e das vedações do artigo 17, da Lei federal nº 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários - ARTIGO 10** - É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com

AUTENTICAÇÃO - Autenticou e apresenta cópia
reprográfrica, original, nestas folhas, a qual
conferir com o original, do que está na

S Paulo-SP

11 JUN 2021

112326

AUTENTICAÇÃO

AU1019AH0670107

☐ Adriana Alves G. da Silva
☐ Edna Barboza M. dos Santos
☐ Eliene Alves Macedo
☐ Elton Jonhna Laranja
☐ Ivaneide Maia
☐ Luis José Tadeu Mendes

112326
AUTENTICAÇÃO
AU1019AH0670107

5

[Handwritten signature]

JUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei federal n.º 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Membros Independentes - ARTIGO 11** – O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal n.º 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "a", do artigo 116, da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** – A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições - Artigo 12** - Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único** – Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento - ARTIGO 13** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da empresa. **Parágrafo primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo** – O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro** – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto** – Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto** – O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da empresa para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto** - As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da empresa, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria. **Parágrafo sétimo** – Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo** - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. **Parágrafo nono** - As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo** – Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições - ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em Lei compete ainda ao Conselho de Administração: I - aprovar o

11 JUN 2021

112326

AUTENTICAÇÃO

AU1019AH0670108

Adriana Alves G. de Sá

Edna Barbosa M. de Sá

Elaine Alves Macedo

Elton Jonnês Leraia Rinaldin

Ivaneide Maia

Luís José Tadou Marinho

DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II - aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III - aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V - promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa; VI - fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII - determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la; VIII - aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX - promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X - definir os objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da empresa e o seu objeto social; XI - deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela empresa, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII - autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações; XIII - deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV - fixar o limite máximo de endividamento da empresa; XV - elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI - deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício em curso ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral; XVII - propor à Assembleia Geral o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício social findo; XVIII - deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XIX - autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas; XX - aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da empresa; XXI - conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXII - aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIII - manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXIV - avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXV - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes; XXVI - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a empresa, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XXVII - estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do

240
R. Alves Penteado, 97 - F. 242, 19255-000
S. Paulo - SP

AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente cópia
retrógrafa, extraída nestas notas, a qual
conferir com o original, risco do Fc.

11 JUN. 2021
S. Paulo - SP

<input type="checkbox"/>	Adriana Alves G. de Oliveira
<input type="checkbox"/>	Edna Barbosa M. dos Santos
<input type="checkbox"/>	Elaine Alves Macedo
<input type="checkbox"/>	Elton Jonnes Laranjeira Rinaldin
<input checked="" type="checkbox"/>	Ivaneide Melo
<input type="checkbox"/>	Luís José Tadeu Macedo

112326
AUTENTICAÇÃO
AU1019AH0670109

Handwritten signatures and initials.

DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) orçamentos de custeio e de investimentos da empresa, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da empresa; e) os relatórios trimestrais da empresa acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da empresa; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16. II - Aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas; c) o plano anual de seguros da empresa; d) normas gerais para melhorar o desenvolvimento das atividades da empresa, observadas as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração; e) normas para aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, respeitadas a legislação vigente e as orientações traçadas pelo Conselho de Administração; f) normas de operação do sistema de transporte sobre trilhos ou guiados, para cumprimento de dispositivos legais e regulamentares; g) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da empresa e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. III - Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e for inferior a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). c) a cessão de uso de marcas, patentes, nomes e insígnias; d) a contratação de seguros, obras, serviços, estudos, projetos, pesquisas, empréstimos e financiamentos; e) a prática de atos no exterior, dos quais decorram obrigações para a empresa, que poderá ser representada por um Diretor ou um procurador; f) a realização de viagens ao exterior, de Diretores e empregados, por necessidade estrita do serviço, observadas a legislação em vigor e as determinações do acionista controlador; g) desapropriações. **ARTIGO 20** - Compete ao Diretor-Presidente: I - representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II - representar institucionalmente a empresa nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV - coordenar as atividades da Diretoria; V - expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram; VI - coordenar a gestão ordinária da empresa, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII - coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII - promover a estruturação organizacional e funcional da empresa, observado o disposto no artigo 14, XXXV, deste Estatuto; IX - expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da empresa; X - provocar a manifestação do Conselho de Administração, sempre que julgar necessário; XI - propor à Diretoria as medidas de interesse da empresa que dependam de sua aprovação; XII - aprovar normas administrativas e técnicas, implementadoras das normas gerais aprovadas pela Diretoria; XIII - autorizar viagens no país, de Diretores e

245
TABELA DE NOTAS DA ATA
S. Paulo-SP
AUTENTICAÇÃO
reprográficada, extraída nestas notas, a qual
conferida com o original, não quebra fé

S. Paulo-SP

11 JUN 2021

☐ Adriana Alves G. de Oliveira
☐ Edna Barbosa M. dos Santos
☐ Eliane Alves Macedo
☐ Elton Jonnes Laranjeira Rinaldin
☒ Ivaneide Maia
☐ Luis Jese Tadeu Macedo

Colégio Notarial
do Brasil
São Paulo-SP
112326
AUTENTICAÇÃO
AU1019AH0670111

[Handwritten signatures and initials]

JUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

empregados, por necessidade estrita do serviço, observadas a legislação em vigor e as determinações do acionista controlador; XIV - autorizar a comercialização referente a propaganda e publicidade; XV - autorizar a edição de jornais, revistas e outras publicações de caráter técnico ou comercial, de responsabilidade da empresa. **Parágrafo único.** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da empresa - ARTIGO 21** – A empresa obriga-se perante terceiros: I - pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira; II - pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III - pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV - pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único** – Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - ARTIGO 22** - A empresa terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **ARTIGO 23** – O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** – Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **ARTIGO 24** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários - ARTIGO 25** – É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea "a", do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** – É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "b", do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal n.º 6.404/1976. **CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA - ARTIGO 26** - A empresa terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno: I - referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; II - analisar as demonstrações financeiras; III - promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; IV - garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; V - garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; VI - zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da empresa; VII - avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; VIII - monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. **ARTIGO 27** - O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo primeiro** – O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo** – Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo terceiro** – A disponibilidade mínima de



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 10.

DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **ARTIGO 28** – O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, nos termos da Lei. **CAPÍTULO IX - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO - ARTIGO 29** – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo primeiro** – O Comitê: I - emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II - verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III - deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV - deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo** - Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários. **Parágrafo terceiro** - Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto** – Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa. **ARTIGO 30** – Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei federal n.º 6.404/1976. **ARTIGO 31** – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões daquele Colegiado, com direito a voz, mas não a voto. **Parágrafo único** - Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexa. **CAPÍTULO X - ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE INTERNO - ARTIGO 32** – A empresa terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro** – A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo** - A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **ARTIGO 33** – Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal n.º 13.303/2016, o seguinte: I - estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da empresa, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III - disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da

S Paulo-SP

11 JUN. 2021

☐ Adriana Alves G. da Oliveira
☐ Edna Barbosa M. dos Santos
☐ Eliana Alves Macedo
☐ Elton Jonhny Laranjeira Rivaldin
☒ Ivaneide Maia
☐ Luis Jose Tadeu Macedo



Handwritten signatures and initials, including a large 'B' and '11'.

DUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

responsabilidade de cada área da empresa nestes aspectos; IV - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a empresa; V - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da empresa; VII - avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII - identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X - adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da empresa; XI - elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da empresa, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico; XII - elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual n.º 62.349, de 26 de dezembro de 2016; XIII - submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIV - manter canal institucional, que poderá ser externo à empresa, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da empresa, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade; XV - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro** - Os Administradores da empresa divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo** - Sob supervisão do Conselho de Administração, a empresa deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos. **CAPÍTULO XI - AUDITORIA INTERNA - ARTIGO 34** - A empresa terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único** - A área será responsável por aferir: I - a adequação dos controles internos; II - a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III - a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **ARTIGO 35** - A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **ARTIGO 36** - Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **ARTIGO 37** - A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **CAPÍTULO XII - REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS - Posse, Impedimentos e Vedações - ARTIGO 38** - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **ARTIGO 39** - Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de

AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprodutível, extraída nestas notas, a qual confere com o original, de que trata o nº 112326.

X
S Paulo-SP 11 JUN. 2021

☐ Adriana Alves G. de Oliveira
☐ Edna Barbosa M. dos Santos
☐ Eliana Alves Macedo
☐ Elton Jones Laranjeira Rinaldin
☒ Ivaneide Maia
☐ Luis José Tadeu Macedo



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 12.

JUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

posse lavrado no respectivo livro de atas. **Parágrafo primeiro** - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo** - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato. **Parágrafo terceiro** - A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. **ARTIGO 40** - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e Licenças - ARTIGO 41** - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro** - A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo** - Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da empresa, optar pelo respectivo salário. **ARTIGO 42** - Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata. **CAPÍTULO XIII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS - ARTIGO 43** - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. - **ARTIGO 44** - As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. **Parágrafo primeiro** - O dividendo poderá ser pago pela empresa sob a forma de juros sobre o capital próprio. **Parágrafo segundo** - A empresa poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. **CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO - ARTIGO 45** - A empresa entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **CAPÍTULO XV - MECANISMO DE DEFESA - ARTIGO 46** - A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de seu Departamento Jurídico ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro** - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. **Parágrafo segundo** - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro** - Quando a empresa não indicar, em tempo hábil, profissional para assumir a defesa, o interessado poderá contratá-lo por sua própria conta, fazendo jus ao reembolso dos respectivos honorários advocatícios fixados em montante razoável, se for ao final absolvido ou exonerado de responsabilidade. **Parágrafo quarto** - Além de assegurar a defesa técnica, a empresa arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo quinto** - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa fé e visando o interesse da empresa. **Parágrafo sexto** - A empresa poderá



JUCESP
19 07 21

(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)

contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções. **CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO 47** – Até o dia 30 de abril de cada ano, a empresa publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **ARTIGO 48** – Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual n.º 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da empresa deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **ARTIGO 49** – A empresa deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **ARTIGO 50** – É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da empresa, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro** – A proibição presente no “caput” deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo** – A empresa observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais n.º 57.970, de 12 de abril de 2012, e n.º 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **ARTIGO 51** – A admissão de empregados pela empresa fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único** – A empresa observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto estadual n.º 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **ARTIGO 52** – A empresa observará o disposto na Súmula Vinculante n.º 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto estadual n.º 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas”. Finalmente, no **item “2”**, outros assuntos de interesse da sociedade, o Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC n.º 37/2021, **lembrou que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC**. Encerramento: Esgotada a Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 29 de abril de 2021.

Acionistas
presentes: O Estado de São Paulo
São Paulo Transporte S.A.

- representado pela Doutora Bruna Tapié Gabrielli
- representada pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela

BT

BRUNA TAPIÉ GABRIELLI
(pelo Estado de São Paulo)

Capela

LÚCIA HELENA RODRIGUES CAPELA
(pela São Paulo Transporte S.A.)

24º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
TULLIO FORMICOLA
R. Álvares Penteado, 97 - F. 3242-1403
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas e a qual
conferi com o original, de que sou o

S. Paulo-SP

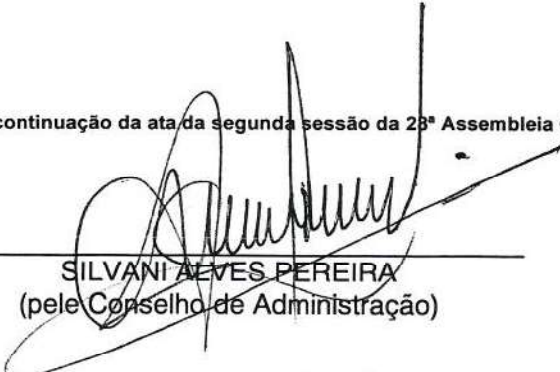
11 JUN 2021

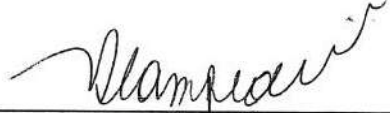
☒ Adriana Alves G. da Silva
☒ Edna Portosa M. dos Santos
☒ Eliane Alves Macedo
☒ Elton Jonnes Laranja Rinaldin
☒ Ivaneide Maia
☒ Luis Jose Tadeu Macedo


Regio Notarial
do Brasil
São Paulo-SP
112326
AUTENTICAÇÃO
AU1019A10670116
Valida em todo o território nacional
emitida em 11/06/2021


JUCESP
19 07 21


(continuação da ata da segunda sessão da 28ª Assembleia Geral Ordinária e 58ª Assembleia Geral Extraordinária)


SILVANI ALVES PEREIRA
(pelo Conselho de Administração)


ROBERTA CAMPEDELLI A. GONÇALVES
(pelo Conselho Fiscal)


ELIANE RESMINI
(pela Russel Bedford Brasil auditores
Independentes S/S)


MARIA REGINA SCURACHIO SALES
ALVARENGA
(pela CPTM)


CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO
VIANNA JACOB
(pela CPTM)

